



## Senado aprova regras para revalidação de diplomas estrangeiros

Projeto simplifica revalidação de títulos universitários obtidos no exterior. Processos serão feitos por universidades públicas brasileiras que tenham curso de mesmo nível

A Comissão de Educação aprovou ontem, em decisão final, proposta que agiliza a revalidação de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado

expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras de excelência reconhecida pelo poder público brasileiro. Proposta será agora analisada pela Câmara dos Deputados. **8**



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Parlamentares lembraram contribuição dos brasileiros para o êxito do evento

## Senadores avaliam impactos da Copa do Mundo no Brasil

Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Anibal Diniz e Humberto Costa comemoraram o funciona-

mento da infraestrutura. Simon disse que o torneio valeu a pena. Jarbas creditou sucesso ao povo. **4**

## Brasil e China têm novo acordo de extradição

O Senado aprovou acordo firmado por Brasil e China, em 2004, para agilizar processos de extradição entre os dois países. A aprovação coincide com a visita do presidente da República Popular da China, Xi Jinping, ao Congresso. **3**

## Plenário autoriza recursos para educação e defesa

Do total de R\$ 5,1 bilhões em créditos extraordinários autorizados ontem pelos senadores, R\$ 4,9 bilhões se destinam ao Fies. Outros R\$ 200 milhões serão aplicados no apoio logístico às forças de segurança do Rio de Janeiro. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cyro Miranda conversa com Ana Amélia na reunião que aprovou mecanismos para acelerar reconhecimento de diplomas

**Sem acordo, PEC que prevê adicional a juiz fica para agosto **3****

**AM, DF e RS poderão obter empréstimo no exterior **5****

**Líderes decidirão pauta de votação durante as eleições **2****

## Debate mostra jovens preocupados com morte

Representante do governo alertou para o impacto do alto índice de mortes de jovens negros e pobres. Segundo ele, as estatísticas inseriram o medo de morrer entre as preocupações da juventude que lida com essa realidade no dia a dia. **7**

Paim (C) preside audiência pública sobre banalização da violência no Brasil



Assembleia Legislativa do MA

**Novos cargos para grandes eventos são criados **3****

**Comissão tenta acordo com estados sobre guerra fiscal **5****

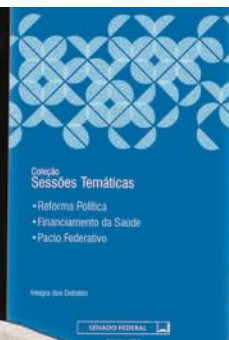
**Cassol se licencia para ajudar campanha eleitoral em RO **2****

**Clésio renuncia ao mandato por questões de saúde **2****

## Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Secom | Criação e Marketing



# Líderes definirão votações durante o período eleitoral

Até as eleições de outubro, as sessões deliberativas do Senado acontecerão somente por acordo. Renan informou que as propostas não votadas nesta semana podem ser analisadas em agosto

EM REUNIÃO DOS líderes partidários ontem, ficou decidido que até as eleições de outubro as votações no Plenário só acontecerão quando convocadas pela maioria dos líderes partidários. Pelo Regimento Interno, são deliberativas todas as sessões plenárias de terças, quartas e quintas-feiras.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o acordo prevê que as matérias não votadas nesta semana constem da ordem do dia da primeira semana de agosto. Renan ressaltou que o cronograma não representa um “recesso branco”, já que um recesso pressupõe a paralisação completa das atividades do Legislativo.

— Quando se deixa apenas de convocar a ordem do dia, não há recesso. Nós vamos é compatibilizar o funcionamento do Congresso com a realização das eleições — explicou.

Renan acrescentou que o Congresso funcionará todos os dias nesse período e as comissões permanentes podem continuar se reunindo.

De acordo com o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), cada presidente de comissão tem a responsabilidade regimental de estabelecer um calendário de trabalho.

— Cada presidente pode convocar os integrantes e deve responder pela sua comissão.

A Constituição prevê um recesso parlamentar de 18 a 31 de julho, desde que antes seja aprovado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que não ocorreu este ano. O relatório da proposta de LDO do Executivo para 2015 nem sequer foi votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

## Tramitação de PECs

Os líderes também discutiram a tramitação de duas

propostas de emendas à Constituição (PECs). Renan relatou que a PEC 63/2013, que garante um adicional por tempo de serviço para juízes e promotores, ainda depende de acordo para ir a votação em Plenário.

— Os líderes entendem que deve haver uma conversa entre os Poderes [da República] sobre essa PEC. Essa matéria é relevante e não há concordância em relação a sua iniciativa — explicou Renan Calheiros.

A PEC foi apresentada pelo senador Gim (PTB-DF).

A segunda proposta discutida é PEC 20/2014, que prorroga o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus por 50 anos, até 2073.

A proposta deve ser votada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela manhã e no Plenário à tarde.

## Cassol se licencia do Senado para fazer campanha em Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) comunicou ontem ao Plenário que vai se afastar do mandato por quatro meses para trabalhar na campanha política de Rondônia. Ele informou que a irmã, Jaqueline Cassol, é candidata ao governo, enquanto a esposa, Ivone Cassol, concorrerá a uma vaga no Senado.

— O meu afastamento se dá pra que eu possa trabalhar no projeto de recuperação da credibilidade do estado de Rondônia — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Como o primeiro suplente, Reditório Cassol, pai do senador, também vai atuar na campanha, assume a vaga o segundo suplente, Odacir Soares (PP). Ele foi prefeito de Porto Velho, deputado federal e senador por dois mandatos. Cassol definiu o suplente como um homem “humilde e simples”, trabalhador e competente.

A publicação do afastamento de Cassol deve ocorrer hoje e a posse de Soares está prevista para amanhã.

## Por motivo de saúde, Clésio Andrade renuncia ao mandato de senador

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), leu ontem comunicado de renúncia de Clésio Andrade (PMDB-MG). O político mineiro informou que a decisão se deve a problemas de saúde.

Segundo a assessoria, Clésio terá de se submeter a uma cirurgia devido a um grave problema ósseo e a recuperação do procedimento se estenderá por pelo menos 120 dias. O senador anexou laudos médicos à carta de renúncia.

Clésio disse ter optado por



José Varela/Agência Senado

renunciar, em vez de apenas pedir licença do cargo, por considerar um “prejuízo ao erário público o recebimento sem o respectivo desempenho das funções” e para ser “coerente com a austeridade” que praticou durante o mandato.

No final da carta de renúncia, Clésio agradece aos colegas senadores e à população de Minas Gerais pela convivência e apoio e disse que Antônio Aureliano está preparado para assumir o mandato.

## Cancelada reunião da Comissão de Regulamentação

Foi cancelada a reunião em que seriam examinadas emendas aos projetos que regulamentam direitos de empregados domésticos (PLS 224/2013) e a expropriação de imóveis rurais e urbanos em que haja trabalho escravo (PLS 432/2013).

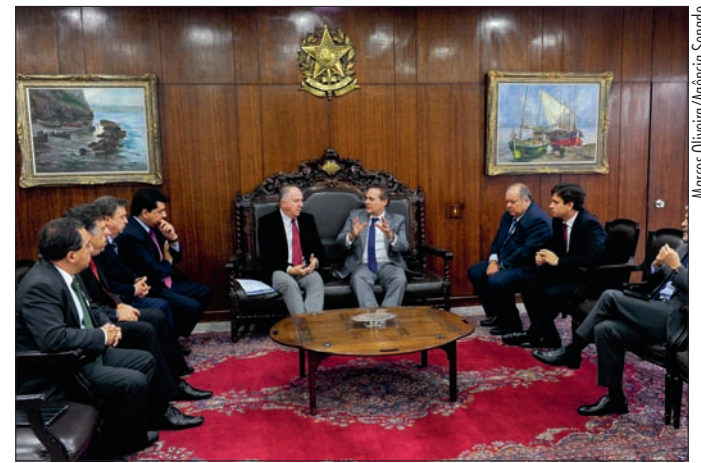
A Comissão de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional não informou nova data para a análise.

Os dois projetos são relatados na comissão pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

## Câmara confirma Bruno Dantas como ministro do TCU

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 270 votos a 7, com 1 abstenção, a indicação de Bruno Dantas Nascimento para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Valmir Campelo. A matéria vai a promulgação.

A indicação de Bruno Dantas, advogado e consultor legislativo, foi aprovada no Senado em abril. Dantas já foi membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan Calheiros recebe o presidente da confederação, Paulo Ziulkoski

## Prefeitos pedem apoio de Renan para aumento de repasses federais

Uma comitiva de prefeitos se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013, em tramitação na Câmara, que aumenta em 2 pontos percentuais o repasse ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Participaram do encontro o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, o presidente da Associação dos Municí-

pios Alagoanos, Marcelo Beltrão, e os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Humberto Costa (PT-PE).

Paulo Ziulkoski disse que o governo concorda com um aumento de 1 ponto percentual, mas que os prefeitos querem pelo menos 1,5. A ampliação de 2 pontos, prevista na PEC, aumentaria o repasse atual de 23,5% para 25,5%.

Renan assegurou que tratará das reivindicações dos prefeitos com os líderes dos partidos no Senado.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Esforço concentrado

14h Sessão ordinária deliberativa. Na pauta de votações, o PLS 281/2012, que regulamenta as compras pela internet.

### PRESIDÊNCIA Dirigente chinês

12h Sessão do Congresso para promulgar a Emenda 82. Às 12h30, recebe o governador de Sergipe e, às 15h30, participa de sessão solene para recepcionar o presidente da China. Às 18h30, recebe Gilmar Mendes.

### CI Indicados para Aneel

7h30 A Comissão de Infraestrutura analisa indicações da Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### CAS Jornada de aeronautas

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota proposta que muda a jornada de trabalho do aeronauta e projeto que exige informações nutricionais de alimentos.

### CDR Serviços turísticos

9h Na pauta, texto que considera albergues como serviços turísticos e projeto que cria faixas não edificáveis em loteamentos.

### CCJ Reintegração de funcionários

10h Projeto sobre a reintegração dos funcionários da Caixa demitidos entre 1995 e 2003 consta da pauta da CCJ.

### CPI Depoimento de gerente

10h15 A CPI da Petrobras do Senado ouve o gerente da estatal Glauco Colepicolo Legati.

### CONGRESSO Promulgação

11h Congresso promulga a Emenda Constitucional 82, sobre segurança viária nos estados, DF e municípios.

### CE Educação a distância

11h Audiência pública na Comissão de Educação e Cultura para debater o ensino on-line no Brasil.

### CPI MISTA Exame de requerimentos

14h30 Reunião da CPI que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras para análise de requerimentos de quebra de sigilo fiscal e telefônico.

### SESSÃO SOLENE Presidente da China

15h Sessão solene do Congresso para receber o presidente da República Popular da China, Xi Jinping.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Acordo agiliza extradição entre o Brasil e a China

Segue para promulgação texto aprovado pelo Senado que torna o processo mais rápido ao permitir pedidos de prisão preventiva por meio da Interpol. Presidente da China visitará o Congresso hoje

O SENADO APROVOU acordo firmado pelo Brasil e pela China, em 2004, para agilizar os processos de extradição entre os dois países (PDS 122/2014). A aprovação coincide com a presença, no Brasil, do presidente da República Popular da China, Xi Jinping, que visitará o Congresso hoje. O texto segue para promulgação.

O acordo permite que os pedidos de prisão preventiva para extradição sejam encaminhados por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) e, posteriormente, transmitidos por via diplomática. De acordo com o Executivo, a participação da Interpol vai tornar o processo mais rápido.

O tratado prevê que a extradição será negada quando o motivo do pedido for político ou quando um país acreditar que o outro pediu a extradição para punir alguém em razão de raça, sexo, religião ou nacionalidade. Também é vedada a extradição de nacionais do país a quem a extradição for pedida.



Durante reunião de líderes, Renan sugeriu nova negociação em busca de acordo

## Senadores buscam consenso em proposta de adicional para juízes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu ontem, durante reunião de líderes, uma nova rodada de discussão sobre a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 63/2013, que garante um adicional por tempo de serviço para magistrados e membros do Ministério Público. A discussão, segundo ele, deve ter participação de representantes dos Três Poderes.

A PEC dá a integrantes da magistratura e do Ministério Público uma parcela mensal indenizatória de 5% do subsídio do respectivo cargo a cada cinco anos de atividade jurídica, até um máximo de 35%.

— O Congresso fez um esforço para votar a PEC 63. No entanto, não houve consenso — afirmou Renan.

O texto, que já teve três sessões de discussão em Plenário, voltará à pauta em agosto. A proposta tem de passar por mais duas sessões de debate antes de ir a votação.

Em Plenário, Renan destacou o esforço para a votação, mas ressaltou que é preciso discutir pontos que estão sendo questionados. Uma das dúvidas é sobre possível vício de iniciativa, já que a PEC foi apresentada pelo Legislativo, tendo como primeiro subscritor o senador Gim (PTB-DF).



Plenário do Senado debateu e aprovou o acordo de extradição ontem, véspera da visita do presidente da China ao Congresso

## Acatados recursos e transferência de imóveis

O Plenário do Senado aprovou duas medidas provisórias que destinam recursos à educação e à defesa e a autorização da transferência de imóveis do Banco Central para o município do Rio de Janeiro.

A primeira destina R\$ 4,9 bilhões ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Ao justificar a abertura do crédito extraordinário da MP 642/2014, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que o Fies cresceu “exponencialmente nos últimos três anos” por causa da redução da taxa de juros, da ampliação do prazo de carência e da dispensa de fiador. O dinheiro deve cobrir as renovações semestrais dos estudantes de faculdades e universidades que recebem o financiamento. A MP destina também R\$ 200 milhões à Política Nacional de Defesa. Os recursos serão empregados no apoio logístico das forças de segurança pública do Rio de Janeiro, especialmente depois

dos ataques às unidades de polícia pacificadora (UPPs) localizadas no Complexo da Maré. Ao todo, a MP abre crédito extraordinário no valor de R\$ 5,1 bilhões.

A MP 639/2014 autorizou o Banco Central a transferir à

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. dois imóveis localizados no bairro da Gamboa. Os imóveis serão destinados ao projeto do Porto Maravilha, que prevê um novo sistema viário na região.

## Comissões analisam 3 novas MPs

Devem ser instaladas hoje três comissões para analisar medidas provisórias. As MPs 649/2014, 650/2014 e 651/2014 tratam, respectivamente, de um novo prazo para que as empresas discriminem na nota fiscal os impostos cobrados, de reajuste para policiais federais e de novas regras para estimular a indústria e o mercado de capitais.

A MP 649/2014, publicada em 6 de junho, adiou para dezembro a punição aos estabelecimentos que não emitirem a nota fiscal

discriminando os impostos.

A reestruturação da carreira da Polícia Federal, com reajustes para agentes, escrivães e papiloscopistas, está na MP 650/2014, publicada no início do mês.

Já a MP 651/2014, do dia 9 de julho, retomou o programa de devolução do resíduo tributário na cadeia de produção de bens exportados (Reintegra) e isentou do Imposto de Renda as aplicações de pessoas físicas em ações de pequenas e médias empresas liquidadas até dezembro de 2023.

## Aprovada criação de 100 cargos para grandes eventos, como Olimpíadas

O Senado aprovou ontem a MP 640/2014, que criou, em caráter temporário, 100 funções comissionadas de grandes eventos. As novas funções são destinadas às atividades relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

A MP foi aprovada na forma do PLV 9/2014 por ter sofrido alterações durante a tramitação no Congresso. Em Plenário, a

relatora-revisora da matéria, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendeu a necessidade da medida.

— Ela promove uma economia para o Estado brasileiro ao extinguir mais de 500 cargos, além de reforçar uma área importante, que é a dos grandes eventos — disse.

O texto agora segue para a sanção presidencial.

## Prorrogação da Zona Franca de Manaus está na pauta de hoje

O Plenário deve votar hoje proposta que prorroga a vigência da Zona Franca de Manaus em 50 anos (PEC 20/2014) e projeto que prorroga o prazo de benefícios garantidos ao setor de informática pela Lei 8.248/1991. A inclusão na pauta foi acertada ontem pelos líderes partidários.

Os senadores aprovaram calendário especial para a PEC. Com isso, a proposta

pode ser votada sem as cinco sessões de discussão antes do primeiro turno de votação e as três sessões antes do segundo turno. O texto, de iniciativa do Poder Executivo, já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Antes de ir a Plenário, a PEC deve ser votada de manhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tem voto favorável do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM).

## Adiada para hoje análise de veto presidencial à criação de município e à minirreforma eleitoral

Foi adiada para hoje, às 19h, a sessão de votação de vetos presidenciais que estava marcada para ontem. Há 21 vetos na pauta. Para derrubar um veto e fazer valer o texto do Congresso, é preciso o apoio da maioria absoluta na Câmara (257 dos 513 deputados) e no Senado (41 dos 81 senadores).

Um dos temas que mais geraram negociação foi o projeto que estabelece novas regras para criação de municípios. De Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o PLS 98/2002 — Complementar foi integralmente vetado por Dilma sob o argumento de que elevaria significativamente as despesas públicas. O

Executivo apresentou uma proposta alternativa, o PLS 104/2014, que será analisado pelo Senado.

Dilma sancionou com cinco vetos parciais o projeto da minirreforma eleitoral, que pretendia diminuir os custos das campanhas e garantir condições de igualdade entre os candidatos

(PLS 441/2012). Caiu a proibição de pintura ou faixas em casas e muros. O argumento da presidente é que o eleitor deve ser livre para manifestar a preferência política nos próprios bens. E ela não aceitou abrandar penas para partidos com prestação de contas rejeitada pela Justiça.



Parlamentares governistas, independentes e da oposição usaram a tribuna para avaliar a realização do Mundial, a estrutura que o torneio envolveu e a participação popular



Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Resultados positivos também foram creditados ao povo brasileiro, que acompanhou os jogos com entusiasmo, como no caso da partida da Seleção contra a Colômbia, na Arena Castelão, em Fortaleza

## Sucesso da Copa do Mundo no Brasil é destacado por senadores

OS IMPACTOS DA Copa do Mundo no Brasil voltaram a ser analisados ontem em Plenário. Os governistas Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Anibal Diniz e Humberto Costa destacaram o bom funcionamento da infraestrutura, o resultado positivo de pesquisas de opinião sobre o evento e a festa que uniu brasileiros e estrangeiros.

O peemedebista Pedro Simon ressaltou a imagem positiva que o Brasil mostrou ao mundo. E seu colega de partido Jarbas Vasconcelos atribuiu

o sucesso ao povo, lembrando que o país tem muitos problemas a serem resolvidos pelo governo. Pelo PSDB, Mário Couto criticou os gastos.

Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, disse que o Mundial foi um sucesso, recebendo a aprovação de 83% dos turistas que vieram ao país e a nota 9,25 da Fifa.

— E nós estamos com o passaporte para fazer também uma das melhores Olimpíadas de todos os tempos, em 2016, no Rio de Janeiro — afirmou.

Para Viana, as Olimpíadas terão maior audiência que a Copa, já que praticamente todos os países do mundo vão participar dos jogos.

— E o Brasil, que deu conta de fazer uma boa Copa, haverá de dar conta, também, de fazer uma boa Olimpíada.

Viana considerou natural que a presidente Dilma Rousseff tenha falado à nação para prestar contas sobre a realização do evento.

O senador disse que, se o Mundial tivesse sido o caos “previsto pela



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Viana, depois do sucesso do Mundial, país tem tudo para fazer uma boa Olimpíada em 2016

oposição”, o governo estaria sendo responsabilizado.

— A quem eles imputariam a culpa se os aeroportos não tivessem funcionado, se os estádios não tivessem ficado prontos, se o transporte de ida e vinda não tivesse funcionado?



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Simon afirma que Copa no Brasil “valeu a pena”

“Valeu a pena.” Foi o que afirmou Pedro Simon (PMDB-RS) ao avaliar a Copa do Mundo e seus impactos para o país e para o futebol nacional.

Em termos esportivos, ele entende que a atuação da Seleção Brasileira, especialmente na derrota de 7x1 para a Alemanha, deve ensinar um questionamento sobre a estruturação do esporte no país.

Em sua avaliação, o governo perdeu se apostava na Copa para ganhar a eleição, mas também perdeu quem esperava o caos para criticar o governo.

— Creio que a imagem que vendemos para o mundo valeu a pena. Por isso, digo que não ganhou o governo, se jogou para ganhar votos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Gleisi elogia governo pelo sucesso do Mundial

Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou o governo federal pelo sucesso da Copa do Mundo. Ela destacou o bom funcionamento da segurança e da infraestrutura e a boa impressão causada pelo povo brasileiro aos turistas.

A senadora ainda criticou os parlamentares da oposição e a imprensa, que previram o fracasso do Mundial de futebol.

Gleisi também lamentou que as donas de casa enfrentem dificuldades no que diz respeito à aposentadoria.

— As mulheres donas de casa podem ser contribuintes da Previdência e, como contribuintes, têm direito aos benefícios, independentemente de serem beneficiárias do Bolsa Família ou de qualquer outro projeto social do governo — ressaltou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Anibal comemora boa avaliação do campeonato

Anibal Diniz (PT-AC) registrou o resultado de pesquisa do Datafolha, divulgada ontem, mostrando, segundo ele, uma avaliação “ultrapositiva” da Copa do Mundo.

Ele informou que a pesquisa ouviu mais de 2 mil estrangeiros de mais de 60 países e que 92% deles elogiaram o conforto e a segurança dos estádios. A hospitalidade do brasileiro foi considerada ótima ou boa por 95% dos turistas entrevistados. Já a organização da Copa foi considerada boa ou ótima por 83% dos entrevistados.

— Podemos dizer, com orgulho, que tivemos uma excelente Copa, organizada e alegre. E o Brasil mostrou estar preparado para sediar um evento dessa magnitude — disse.

### Jarbas atribui sucesso do torneio ao povo brasileiro

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apesar de a presidente da República, Dilma Rousseff, usar politicamente a Copa, é preciso salientar que o evento foi um sucesso graças ao povo brasileiro, e não ao governo.

Jarbas disse que o país enfrenta uma série de problemas, que o governo não vem sabendo enfrentar, com uma crise urbana generalizada, que se vê nos entraves na mobilidade urbana, no transporte público deficiente e no aumento da violência nas cidades.

— Os megaeventos não poderão esconder os graves sinais emitidos pela economia, que hoje tem a trágica conjunção de inflação em alta com desenvolvimento econômico em queda e um PIB pífio — criticou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Humberto Costa destaca avaliação positiva do evento

O líder do PT, Humberto Costa (PE), comemorou o sucesso da Copa do Mundo, ressaltando que o resultado foi muito diferente do que foi anunciado pela imprensa e pela oposição semanas antes do início da competição.

Entre as previsões não confirmadas que teriam sido feitas, segundo Humberto, estão apagão de energia, caos aéreo e protestos.

O senador ainda destacou o legado que a Copa deixará aos brasileiros.

—Ficarão para os brasileiros mais de R\$ 8 bilhões investidos na maior ampliação aeroportuária do país. Ficarão 42 obras de mobilidade urbana, que legaram VLTs e 140 quilômetros de corredores de ônibus — mencionou.

### Couto: país não pode celebrar gastos de R\$ 35 bi

Mário Couto (PSDB-PA) contestou ontem as avaliações positivas da realização da Copa do Mundo. Para o senador, se o Brasil fosse um país rico, a Copa poderia ter sido um sucesso, mas não se pode comemorar um gasto de R\$ 35 bilhões em evento esportivo quando a população não conta sequer com bons hospitais.

Couto criticou, por exemplo, o valor gasto na construção do Estádio Nacional de Brasília, inicialmente orçado em R\$ 475 milhões, mas feito por R\$ 1,6 bilhão.

— Vocês sabem quantos brasileiros caem assassinados por ano? Sessenta mil. É uma guerra. A Copa do Mundo acabou. Não ficou legado nenhum — lamentou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Plenário autorizou operações no valor total de R\$ 1,3 bilhão. Mais cedo, na CAE, matéria gerou polêmica e senadores pediram aprovação do reescalonamento da dívida dos estados

## Autorizados empréstimos para o DF e três estados

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem cinco autorizações para contratação de créditos externos por estados.

Dois empréstimos beneficiarão o Rio Grande do Sul. O primeiro, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), no valor de US\$ 280 milhões, apoiará o ajuste estrutural das contas estaduais.

O estado também poderá contratar crédito de até US\$ 50 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para custear parcialmente programa de redução da criminalidade violenta entre jovens de 15 a 24 anos.

Pela manhã, durante discussão da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) votou contra os dois empréstimos para o Rio Grande do Sul, por considerar “próxima da irresponsabilidade” a autorização para o estado ampliar o endividamento. Apesar de declarar seu voto favorável aos empréstimos para

o Rio Grande do Sul, a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que não poderia se omitir diante da “frágil situação financeira” do estado.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com Ferraço e Ana Amélia, mas observou que os problemas enfrentados pelo estado decorrem, em grande parte, da exigência de juros extorsivos pela União. O parlamentar cobrou, mais uma vez, a votação, pelo Plenário do Senado, do projeto que reduz os encargos das dívidas dos estados e municípios (PLC 99/2013).

Relator do PLC 99, Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu aos senadores que façam gestão junto ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que a proposta, aprovada pela CAE e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seja incluída na pauta de agosto.

Ferraço afirmou que, se a matéria for votada, haverá uma melhoria da situação fiscal dos estados.

— Isso é melhor do que votar



Em sessão presidida por Paulo Paim, Plenário do Senado autorizou a contratação de empréstimos por estados

empréstimos. Com essas operações, estamos enxugando gelo — ressaltou.

### Amazonas e DF

O Senado aprovou outras duas operações com o BID, em benefício do Amazonas e do Distrito Federal. O primeiro empréstimo, no valor de US\$ 151 milhões, financiará parcialmente a ampliação

da cobertura e a melhora do desempenho escolar dos alunos da educação básica do estado.

O segundo, no valor de US\$ 50 milhões, ajudará o DF a prosperar o ambiente de negócios, fomentar o desenvolvimento empresarial e aperfeiçoar a infraestrutura urbana nas áreas de desenvolvimento econômico (ADEs).

O Senado ainda autorizou o estado de Santa Catarina a contratar empréstimo de até US\$ 55 milhões com a Corporação Andina de Fomento (CAF). O empréstimo será destinado a investimentos para redução dos custos de transporte entre a região norte do estado e o Vale do Rio Itajaí.

Todas as matérias agora seguem para promulgação.

## Comissão busca acordo para fim da guerra fiscal

Em busca de acordo com os estados para estabelecer mecanismos que acabem com a guerra fiscal, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou, ontem, a votação de novo substitutivo a projeto sobre o tema. O texto foi apresentado na segunda-feira pelo relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), admitiu a possibilidade de uma reunião extraordinária da comissão, ainda nesta semana, se houver acordo com os representantes dos estados.

O texto de Luiz Henrique tem o objetivo de afastar o risco de inconstitucionalidade da proposta original (PLS 130/2014 — Complementar), de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que previa a convalidação dos

incentivos concedidos sem a unanimidade do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A fórmula encontrada pelo relator transfere a decisão para os estados e reduz o quórum para deliberação do Confaz, hoje dependente da unanimidade dos 27 secretá-

rios de Fazenda. O convênio para a convalidação, conforme o texto, pode ser assinado com votos favoráveis de dois terços dos estados e um representante do Sul, outro do Sudeste e um do Centro-Oeste, mais dois do Norte e três do Nordeste.

Tanto no texto atual, como

no anterior, a redução vale apenas para a convalidação de incentivos fiscais, a remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes da “guerra” entre os estados e a eventual reinstituição dos benefícios.

Conforme o substitutivo de Luiz Henrique, a concessão de remissão pelo estado de origem da mercadoria afasta as sanções previstas na Lei Complementar 24/1975. Entre elas, a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor do produto.

A intenção de Luiz Henrique é facilitar uma saída para o cenário criado após reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade dos incentivos concedidos sem a unanimidade do Confaz.



Presidente da CAE, Lindbergh fala em comissão, ao lado de Luiz Henrique

### Ruben Figueiró registra morte de jornalista em MS



Waldemir Brito/Agência Senado

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou a morte do jornalista Marciano Lopes, ocorrida em 8 de julho, em Campo Grande, em decorrência de um acidente vascular cerebral.

O senador lembrou que o jornalista, que tinha 74 anos, iniciou a carreira no extinto *Jornal do Comércio*, pioneiro da imprensa no estado. Depois, Marciano Lopes fundou o semanário *O Repórter*, onde atuou até sua morte e no qual fazia quase tudo: era redator, revisor e editor, disse Rubem Figueiró

## LDO de 2015 será votada no próximo mês

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) só deve votar o relatório preliminar do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 na primeira semana de agosto.

Ontem, novamente não houve quórum para deliberação na CMO. Sem a votação do relatório preliminar ao PLN 3/2014, fica suspenso o recesso do Congresso Nacional em julho, bem como o prazo para a apresentação de emendas.

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), atribuiu a falta de

quórum na comissão a uma “questão política”. Ele disse apenas que o DEM é um dos partidos contrários à votação do projeto, que contém as regras para a elaboração da proposta orçamentária de 2015, a ser apresentada até 31 de agosto.

A LDO é uma lei que orienta a elaboração do Orçamento da União e contém as metas fiscais do governo no exercício seguinte. No texto em discussão no Congresso, o governo propõe salário mínimo de R\$ 779,79 em 2015. A expectativa de crescimento é estimada em 3%, com inflação anual de 5%.

## Estatuto das Guardas Municipais fica para agosto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o projeto de Estatuto Geral das Guardas Municipais deve ser incluído nas votações do Plenário previstas para o início de agosto. Entre outras providências, o PLC 39/2014 garante poder de polícia às guardas municipais, com a função de proteger tanto o patrimônio como a vida.

Com representantes de guardas municipais nas galerias, durante a sessão de ontem, Renan explicou que a proposta é importante, porém não houve acordo para votação nesta semana.

— Havia um esforço da Mesa Diretora

do Senado para que nós pudéssemos decidir sobre essa matéria, que é importantíssima para o Brasil e diz respeito a uma grande quantidade de guardas municipais em todo o país. No entanto, em função de não haver um acordo no colégio de líderes, vamos deixar essa proposta para 5 e 6 de agosto — explicou.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), esclareceu que não se trata de uma proposta polêmica, mas há ainda divergências quanto ao texto. Por isso, as lideranças pediram mais tempo.



# Comissão vota reserva de moradias populares para pessoas com deficiência

Texto, que prevê cota de 3% das habitações para quem tem dificuldade de locomoção, está na pauta de hoje da Comissão de Direitos Humanos

O PROJETO DA senadora Ângela Portela (PT-RR) que reserva 3% das moradias populares para pessoas com deficiência deve ser votado hoje, em decisão terminativa, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta (PLS 78/2011) tem voto favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

De acordo com o texto, as residências devem ser adaptadas e preferencialmente localizadas no térreo.

Para Ângela, a proposta ajuda a concretizar a integração social e o direito social à moradia. Ela ressalta que a habitação em condições precárias se torna especialmente perversa quando se trata daqueles que dependem de cadeira de rodas ou outros auxílios para se locomoverem.

Suplicy lembra, no relatório, que as pessoas com dificuldade de locomoção são muito mais expostas a perigos em



Reunião da CDH deve analisar outros projetos que tratam de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência

situações de emergência, como incêndios e inundações.

## Acessibilidade

Na mesma reunião, a CDH deve votar outras propostas que tratam da acessibilidade, como a que prevê a adequação das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida para idosos ou pessoas com deficiência (PLS 650/2011), a que assegura nas

instituições financeiras o acesso de clientes com deficiência visual às informações e aos objetos físicos (PLS 349/2012) e a que estabelece a criação de regras de acessibilidade a locais de uso público (PLS 541/2011).

Constam ainda da pauta projetos com votação final na CDH, como o que garante aos idosos acesso gratuito a eventos esportivos e culturais custeados

pelo governo (PLS 263/2011), o que assegura o pagamento de benefício à mulher vítima de violência doméstica (PLS 443/2011), o que prevê tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente antes da decisão definitiva de adoção (PLS 379/2012) e o que fixa requisitos para uso de drogas psiquiátricas por crianças e adolescentes (PLS 247/2012).

## Bauer quer o fim da reeleição para cargos do Executivo

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu projeto que acaba com a reeleição para a Presidência da República e governos de estados e municípios. Pela proposta, os mandatos desses cargos teriam duração de cinco anos.

Ele explicou que a possibilidade de reeleição faz com que os governantes usem o primeiro mandato para viabilizar coligações que lhes deem mais tempo na propaganda de rádio e TV para a eleição seguinte.

Ele disse ainda que os governantes usam a máquina pública para ter vantagem em relação aos adversários e que as obras ficam concentradas no último ano do primeiro mandato.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Vanessa Grazziotin lamenta falta de apoio às candidatas

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que os partidos não tenham atingido o mínimo de 30% das candidaturas femininas às eleições deste ano.

Foram cadastrados 13.642 candidatos às eleições de outubro, mas apenas 3.955 são mulheres, quase 29% das candidaturas.

Vanessa disse que uma das razões que afastam as mulheres da política é a falta de apoio dos partidos. Segundo ela, algumas legendas lançam as "candidaturas laranjas", ou seja, incluem nomes de mulheres apenas para preencher a cota.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Mozarildo aponta candidaturas apoiadas pelo PTB

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou as escolhas de seu partido para a eleição presidencial e para a disputa pelo governo do estado. Em nível nacional, o PTB apoiará a candidatura de Aécio Neves (PSDB-MG). No plano estadual, integra a chapa Salve Roraima, com Neudo Campos (PP) para governador e ele próprio para o Senado.

Mozarildo mencionou ser autor da emenda que transformou o território de Roraima em estado e de projetos como o que autoriza a instalação de dois colégios militares no Norte — um em Boa Vista e outro em Rio Branco.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Rolleberg pede mais transparência no governo do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) registrou em Plenário que três administradores de cidades-satélite do Distrito Federal foram presos: o de São Sebastião, o de Taguatinga e o de Águas Claras.

O senador criticou o governador Agnelo Queiroz, do PT, e disse que a corrupção é alimentada, principalmente, pelo excesso de burocracia.

Rolleberg também defendeu a promoção de concursos públicos para reduzir o número de comissionados no governo do DF: 18 mil.

— Precisamos criar um conselho de transparência, apenas com pessoas da sociedade, que possa fazer o controle social.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Suplicy defende conselhos de participação social

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu no Plenário um artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari em defesa do Decreto 8.243/2014, assinado por Dilma Rousseff em maio, que cria os conselhos de participação social.

No texto, o advogado rebate críticas de que seria inconstitucional. Outra crítica contestada é a de que os meios de participação política do povo, de acordo com a Constituição, seriam somente o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

— No artigo 198, que trata de saúde, existe a determinação de que sejam observadas algumas diretrizes, entre as quais a "participação da comunidade".



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:**

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333



Durante audiência para discutir os números da violência no país, representante do governo lamentou a existência de uma geração inteira de jovens com medo de morrer

## Debate evidencia violência contra negros e pobres

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a banalização da violência, o representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Felipe da Silva Freitas, alertou para o impacto do alto índice de mortes de jovens negros e pobres na vida das pessoas. Segundo ele, as estatísticas inseriram o medo de morrer entre as preocupações da juventude que lida diariamente com essa realidade.

— Esse é um componente que faz dessa uma geração diferente. O medo de morrer não pode ser preocupação majoritária dos jovens — observou Felipe Freitas.

O representante do governo federal informou ainda que recente pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude constatou o aumento do número de jovens que se declaram negros e, ao mesmo tempo, reconhecem o racismo como um dos principais problemas sociais do país. Na opinião dele, o preconceito não pode ser “uma questão periférica na agenda nacional”:

— Hoje vivemos um paradoxo: justo num momento fértil em termos demo-

gráficos, com a existência de grande contingente de jovens que poderiam ser aproveitados na construção do país, há um aumento do número de homicídios e de mortes violentas dessa população — lamentou.

### Falta de sintonia

Para o pesquisador Candido Alberto Gomes, representante da Cátedra Unesco de Juventude, o problema é causado principalmente pela “dissonância entre o que o Legislativo faz e o

que o Executivo deixa de fazer”. Como exemplo, citou as medidas socioeducativas para menores infratores, que são motivo de piada para muitos jovens.

— Falta interlocução e coordenação de políticas públicas. Temos fragmentação que nos leva a parecer que estamos num faz de conta — opinou.

Para o representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, Maurício Sponton Rasi, o governo federal tem feito a articulação política, mas é preciso que

os governos estaduais e municipais executem os programas.

### Maioridade

Eduardo Suplicy (PT-SP) levou ao debate a questão da redução da maioria penal. Ele reafirmou ser contrário à mudança e sugeriu que os menores cumpram penas alternativas, com trabalhos que os ajudem a sair da vida do crime. A senadora Ana Rita (PT-SP), presidente da comissão, também se mostrou contrária à redução, afirmando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) precisa ser efetivado.

— Nós precisamos implementar o estatuto e não modificá-lo. Porque o estatuto não foi implementado ainda do jeito que deveria. Ele sozinho é suficiente? Não. Mas ele é um instrumento também de apoio à criança e ao adolescente — opinou a senadora.

Conduzida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência de ontem foi interativa e contou com a participação do público pelo serviço Alô Senado (0800 612211) e pelo Portal e-Cidadania.



Senador Paulo Paim (C) preside audiência pública na CDH para análise do mapa da violência no país

## CPIs da Petrobras retomam o trabalho com troca de farpas entre governo e oposição

As duas comissões parlamentares de inquérito que investigam a Petrobras — a exclusiva do Senado e a formada por deputados e senadores — têm reuniões marcadas para hoje. A CPI do Senado deve ouvir, a partir das 10h15, o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos

da Petrobras para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Colepicolo Legati. Ele foi chamado para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da refinaria.

Na pauta da CPMI, está prevista a votação de 395 requerimentos. Entre eles, o que pede

a quebra do sigilo de dados do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. A reunião está prevista para as 14h15.

No entanto, apesar de as duas reuniões estarem marcadas, senadores tanto da oposição quanto da base do governo não estão muito oti-

mistas quanto ao futuro dos trabalhos.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), quem boicota o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito é a própria oposição, que desistiu de participar das reuniões da comissão exclusiva do Senado, além de não ajudar na

formação de quórum para a CPI mista.

Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, responsabiliza a base governista pelo esvaziamento das comissões parlamentares de inquérito, visto que parlamentares da base controlam tanto a presidência quanto a relatoria.



### Ana Rita comemora investimentos anunciados para o ES

Ana Rita (PT-ES) comemorou os investimentos no Espírito Santo anunciados pelo governo federal durante este mês. A senadora informou que os investimentos servirão para ampliação do porto e do aeroporto estaduais, para obras viárias e para recuperação dos prejuízos causados pela última enchente na região.

Ana Rita informou que a expansão do aeroporto incluirá a construção de um novo terminal de passageiros, um pátio de aeronaves e um novo acesso viário. Com isso, o aeroporto ficará apto a receber 10 milhões de passageiros ao ano.

### Paim defende projeto sobre tributação de micros e pequenas empresas

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do projeto que acaba com a aplicação da substituição tributária ao setor de micros e pequenas empresas (PLC 60/2014).

Por meio da substituição tributária, um contribuinte, nesse caso uma empresa, recolhe de forma antecipada o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre toda a cadeia de comercialização de um produto, com base num valor presumido pela venda. Na prática, todos os envolvidos pagam o imposto devido, mas o recolhimento é feito por apenas um dos contribuintes.

No entendimento de Paim, esse sistema prejudica as micros e pequenas empresas porque elimina os benefícios que elas têm por serem optantes do Simples Nacional.

— É um setor da economia que clama por justiça e, por isso, entendemos que aprovação do projeto será um avanço na nossa legislação — afirmou o senador.

### Kátia Abreu pede regras claras contra exploração de trabalho escravo

Kátia Abreu (PMDB-TO) cobrou regras claras na regulamentação da Emenda Constitucional 81, que estabelece a desapropriação, sem qualquer indenização, de imóveis de pessoas e empresas nos quais haja exploração do trabalho escravo.

Só assim, assinalou a senadora, pode-se evitar casos como o de Humberto Célio Pereira da Silva, auditor do Ministério do Trabalho que está sendo investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério do Trabalho por fraudar laudos e autuações em ações de combate ao trabalho escravo na Região Norte.



### Anibal Diniz cobra participação maior das mulheres na política

Anibal Diniz (PT-AC) disse que o Brasil precisa garantir condições para que mais mulheres possam participar da política. Ele lembrou que, hoje, apenas 8,6% dos congressistas são mulheres, enquanto a média mundial é de 22%. Isso coloca o país na posição de número 158 num ranking de aproximadamente 200 países, situação que o parlamentar considera vergonhosa.

Anibal popôs que a lei, em vez de garantir 30% das candidaturas às mulheres nas eleições, garanta a elas 30% das vagas no Congresso. Defendeu também a aprovação de projeto dele que garante uma vaga para as mulheres e uma para os homens nas eleições com duas vagas por estado no Senado.

— A eleição para o Senado é a única eleição majoritária que tem a exceção de a cada oito anos ter duas vagas. Exatamente nessa circunstância, defendendo uma vaga para homens e outra para mulheres — explicou o senador.



### Ricardo Ferraço quer votação de mudanças no Código do Consumidor

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu a votação, nesta semana, de dois projetos que modificam o Código de Defesa do Consumidor.

Para o senador, o Código do Consumidor é respeitado, mas necessita de aperfeiçoamentos, em face de mudanças na sociedade e nos padrões de consumo. Ferraço lembrou que o comércio eletrônico, tratado no PLS 281/2012, nem sequer existia quando o Código do Consumidor entrou em vigor. Ele também destacou o superendividamento das famílias, o consumo sustentável e a publicidade, assuntos abrangidos pelo PLS 283/2012.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ana Amélia (D) preside reunião da reunião da Comissão de Educação, onde a matéria teve decisão terminativa

## Aprovada regra que facilita revalidação de diplomas

Reconhecimento de títulos obtidos fora do Brasil deverá ser feito por universidades que tenham curso do mesmo nível e área. Processo será simplificado para instituições de notória excelência

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei que simplifica a revalidação de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de educação superior estrangeiras de excelência reconhecida pelo poder público brasileiro (PLS 399/2011).

A matéria, que tramitou em caráter terminativo, seguirá diretamente à Câmara, a não ser que haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Para o autor do texto inicial, Roberto Requião (PMDB-PR), o tema demanda regulamentação pelo elevado número de estudantes que buscam revalidar diplomas e se deparam com procedimentos distintos adotados pelas diferentes instituições de ensino. Segundo afirmou, são frequentes os relatos de processos excessivamente caros, pouco transparentes, demorados e arbitrários, que acabam resultando em

prejuízo aos estudantes.

Pelo substitutivo elaborado pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), os processos de revalidação ou reconhecimento de diplomas de graduação deverão ser feitos por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente.

Já os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições ou cursos estrangeiros só serão reconhecidos mediante processo de avaliação realizado por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. Nas entidades estrangeiras cuja excelência seja atestada e declarada pelo órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação, entretanto, terão tramitação simplificada, dispensando a avaliação individual de cada diploma por uma comissão.

Para auxiliar a análise, o poder público divulgará,

anualmente, relação de cursos, instituições e programas de ensino estrangeiros de excelência, acompanhada de instruções de procedimentos e orientações para a tramitação célere dos processos de revalidação, determina o texto.

O substitutivo eliminou a possibilidade de reconhecimento automático contida na proposta original.

O relator também rejeitou subemenda aprovada anteriormente na Comissão de Relações Exteriores (CRE) que estipulava prazo para a análise das revalidações. Na avaliação de Aloysio Nunes, isso representaria interferência na autonomia administrativa das universidades, que é assegurada por princípio constitucional.

— Parece-nos mais recomendável, para esse propósito, que os prazos sejam definidos conjuntamente pelas próprias universidades e os órgãos responsáveis pela avaliação dos cursos — defendeu o relator.

## Senado discute ensino on-line em audiência interativa hoje

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado discute hoje a implementação do ensino on-line no Brasil. A audiência pública será interativa e o público poderá participar da discussão em tempo real.

A educação a distância foi autorizada no sistema educacional brasileiro no final de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996). De acordo com o último Censo EAD.BR, de 2012, elaborado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed),

em 2012 o país registrou quase 5,8 milhões de matrículas em cursos não presenciais.

A iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF) e do presidente da comissão, Cyro Miranda (PSDB-GO), tem como convidados representantes do Ministério da Educação e de secretarias estaduais de Educação.

A audiência será transmitida ao vivo pelo Portal e-Cidadania e o público poderá participar, com perguntas e comentários sobre o assunto, por meio do portal, do Facebook e do Twitter.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 11h

▶ <b>Portal e-Cidadania:</b> www.senado.leg.br/ecidadania	▶ <b>Alô Senado:</b> www.senado.leg.br/alosenado
▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CEensinoEC	▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CEensinoAS
▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF	▶ <b>Facebook:</b> alosenado
▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania	▶ <b>Twitter:</b> @AloSenado
▶ <b>TV:</b> www.senado.leg.br/TV	▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211
▶ <b>Taquigrafia:</b> http://bit.ly/comissaoEducacao	

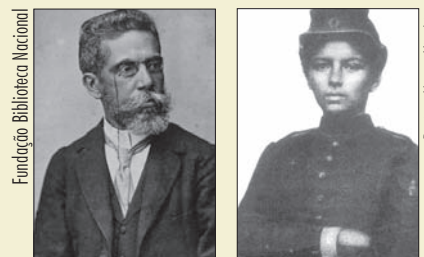
## Machado de Assis e Jovita Feitosa no Livro dos Heróis da Pátria

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 16/2014, que insere o nome do escritor Machado de Assis no *Livro dos Heróis da Pátria*, mantido no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Segundo o autor do projeto, o deputado federal Carlos Bezerra (PMDB-MT), “inquestionavelmente, o nome de Joaquim Maria Machado de Assis é referência ímpar na história da cultura brasileira, considerado por muitos críticos literários a maior expressão das letras nacionais”.

A inscrição do nome

de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, nesse mesmo livro, também foi aprovada pela CE. A homenagem foi proposta pelo PLC 122/2013, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN). Jovita foi voluntária durante a Guerra do Paraguai, se vestindo de homem para lutar pelo Brasil. Os projetos seguem para o Plenário do Senado.



Machado e Jovita: depois do Senado, projeto vai à sanção presidencial

## Brasil poderá ter semana de responsabilidade social

A Semana Nacional da Responsabilidade Social poderá passar a ser comemorada, anualmente, na segunda semana de abril. Projeto de lei da Câmara (PLC 22/2014) com essa previsão foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE).

De acordo com o autor do projeto, o ex-deputado federal Maurício Rands, organizações da sociedade civil têm demonstrado crescente preocupação com temas ligados a direitos humanos e trabalhistas e com a degradação ambiental. Isso tem motivado, conforme observou na justificativa, inúmeras iniciativas voltadas à promoção da responsabilidade social.

Para o relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), criar oportunidades para a discussão mais aprofundada de temas relacionados à responsabilidade social pode contribuir significativamente para o avanço da cidadania no país.

## Casildo critica discriminação contra ensino a distância

Casildo Maldauner (PMDB-SC) defendeu ontem a ampliação da educação a distância como forma de democratizar o ensino. Ele informou que o tema será debatido em audiência pública da Comissão de Educação (CE) hoje.

Após lembrar que Santa Catarina foi pioneira na implementação do ensino a distância no país, em meados da década de 90, Casildo comemorou a marca de mais de 1 milhão de estudantes matriculados este ano em cursos on-line.

O senador destacou, no



Waldemir Barreto/Agência Senado

entanto, que a maior parte desses estudantes é de baixa renda, idade mais avançada, com encargos familiares e sem acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

— Há, no entanto, uma grande lacuna a ser preenchida pela União. Não se concebe que o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados não contemplem os alunos da educação a distância com acesso ao Fies. É preciso encerrar essa discriminação que prejudica justamente os que mais necessitam — disse.

## Adiadas votações de bolsa universitária e plebiscito

Falta de acordo adiou a votação de dois projetos em pauta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O primeiro deles (PLS 214/2010) foi proposto por Paulo Paim (PT-RS) e instituiu o Programa Bolsa de Permanência Universitária, uma ajuda para que estudantes que trabalham ou fazem estágio banquem os estudos. A matéria tem parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que também solicitou a retirada do projeto de pauta.

O adiamento de votação também alcançou o projeto de decreto legislativo (PDS 460/2013) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que estabelece a realização de plebiscito nacional sobre a federalização da educação básica. A exemplo do PLS 214/2010, Randolfe também recomendou a aprovação da proposta. Pedido de vista da matéria foi apresentado por Ana Rita (PT-ES), que disse ainda não ter opinião formada sobre o assunto.